

ABSTRACT

This work analyzes some strategies that have ruled deaf subjects both in and for school inclusion. The corpus of this investigation consists of a document produced by the deaf community and official documents of the Ministry of Education and Culture (MEC) concerning deaf education and inclusive education in a one-decade period – from 1999 to 2009. We understand school inclusion of deaf subjects as a governing strategy that both contributes to the functioning of a neoliberal economic rationale and invites everybody to participate in the market game. In this game, individuals are their own entrepreneurs and play according to their possibilities. In the proposal for school inclusion of deaf subjects, their conditions of access and participation are established through the legal guarantee of the presence of teachers and interpreters that are proficient in Sign Language, but it behooves each deaf individual to manage and exert his/her participation in the competitive game that matches market with education. It is possible to see different strategies that govern the deaf operating in the contemporary education field; among them, we would highlight the State commitment to create forms of accessibility for the deaf to participate in the school by making them responsible for their participation, and the certification and dissemination of the Brazilian Sign Language through Prolibras, which increases work opportunities for the deaf and manages the risk of unemployment and exclusion.

Keywords: 1. School inclusion; 2. Deaf education 3. Government; 4. Neo-liberalism.

INCLUSÃO ESCOLAR DOS SUJEITOS SURDOS: UMA ESTRATÉGIA DE GOVERNAMENTO QUE CONTRIBUI PARA O FUNCIONAMENTO DE UMA RACIONALIDADE ECONÔMICA NEOLIBERAL

Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os alunos. (Brasil, 2008, p. 9).

Na contemporaneidade, a escola é vista como o lugar pelo qual todos devem passar e pela educação espera-se que todos se-

jam incluídos em todos os espaços. Nesse sentido, as tramas que compõem o cenário da educação contemporânea encontram-se alinhadas a projetos que englobam o amplo contexto social: o desenvolvimento de sujeitos potencialmente produtivos.

Santos, ao olhar para a complexa cena escolar moderna, destaca que:

A escola guarda relações de imanência com a sociedade. Para tornar possível o governo da população, são necessários sujeitos que saibam e se deixem governar. Alcançar a perfeição, regulando sua conduta (sujeição dos corpos e mentes), disciplinando, subjetivando, é a tarefa atribuída principalmente à escola moderna. Assim, é preciso admitir que o que está no centro da concepção moderna de educação escolarizada não são apenas os ideais iluministas, mas também o “preço a pagar” por tentar alcançar tais ideais (Santos, 2010, p.74).

Tem-se, assim, o resultado de um longo processo histórico que coloca a escola moderna como “o lugar privilegiado, exclusivo e legitimado de saber. Um lugar onde o projeto de educar os sujeitos tirando-os de seu estado selvagem acontece através da escolarização” (Acorsi, 2010, p.96). Por meio do esquadramento que a escola moderna colocada em prática, assegura-se um processo que disciplina, torna dócil e produtivo o corpo de cada aluno. É nessa produção dos corpos – potencialmente produtivos – que a sociedade contemporânea se alicerça, produzindo práticas que estejam voltadas ao todo social, inclusive sobre aqueles outrora considerados deficientes e improdutivos.

Partindo-se dessa lógica contemporânea, onde são feitos investimentos para que a situação da

O resultado de um longo processo histórico que coloca a escola moderna como “o lugar privilegiado, exclusivo e legitimado de saber. Um lugar onde o projeto de educar os sujeitos tirando-os de seu estado selvagem acontece através da escolarização”

Ao propormos uma discussão da relação entre governo, (neo)liberalismo e inclusão escolar dos surdos pensamos ser necessário compreender como se processam as práticas de condução das condutas surdas em uma racionalidade neoliberal que visa trazer todos para dentro do jogo do mercado.

população, território e riqueza que se constitui a ciência denominada “economia política”.

Diante da operacionalidade dessa forma de governar a população que se desenvolve a partir de meados do século XVIII, Foucault entende que as sociedades ocidentais modernas adentram na era da governamentalidade. Segundo Nozguera-Ramírez:

Somente no século XVIII é que a arte de governar poderá estender-se, refletir-se, adquirir multiplicidade de dimensões, pois esse será um período de expansão no qual as grandes urgências militares, econômicas e políticas, que afetam o século XVI já não estarão presentes (2010, p.37).

Nesse contexto, o Estado no Ocidente, para garantir a sua so-

exclusão seja alterada em prol da promoção da aprendizagem de todos, a escola comum é convocada a trazer para o seu espaço todos aqueles que ainda estão fora dele. Ao olhar para os sujeitos surdos especificamente, vemos sendo organizadas estratégias de governo dessa população para que sejam incluídos na escola comum. A partir disso, voltamos nossa atenção aos processos de governo dos surdos para que sejam sujeitos participativos e produtivos, particularmente por meio do uso e difusão da Libras – Língua Brasileira de Sinais.

O *corpus* da investigação proposta foi constituído de documento produzido pela comunidade surda e documentos legais do Ministério da Educação (MEC) referentes à educação de surdos e à educação inclusiva, compreendendo o recorte temporal de uma década – período de 1999 a 2009. Dentre os documentos analisados estão: *A educação que nós surdos queremos* (1999), a Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001 que aprova o *Plano Nacional de Educação* (2001-2010), o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), entre outros.

DA GOVERNAMENTALIDADE (NEO)LIBERAL COMO PRÁTICA DE CONDUÇÃO DAS CONDUTAS SURDAS

Ao propormos uma discussão da relação entre governo,

(neo)liberalismo e inclusão escolar dos surdos pensamos ser necessário compreender como se processam as práticas de condução das condutas surdas em uma racionalidade neoliberal que visa trazer todos para dentro do jogo do mercado.

Michel Foucault, no curso *Segurança, Território, População* (2008b), nos remete a diferentes sentidos semânticos da palavra governar, sentidos esses voltados às variadas práticas nas quais os indivíduos se envolvem. A palavra governar, antes de ter um sentido político, refere-se ao cuidado com a própria subsistência no governo dos alimentos; à atenção à saúde no governo dos medicamentos e dos cuidados; ao movimento em determinado espaço no governo do deslocamento para diferentes locais, entre outros aspectos. O governo dos indivíduos sobre eles mesmos se estabelece nos cuidados com a vida desde a subsistência às relações interpessoais, perpassando pelo governo da conduta, o governo das almas, o governo sexual, o governo do comércio. O governo nesse contexto “refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir” (Foucault, 2008b, p.164).

Foucault destaca assim, que “nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades” (Foucault, 2008b, p. 164). Entretanto, vale destacar que o governo da população é organizado de forma racional e planejada, pois é na relação entre

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

INES

ESPAÇO

Jul-Dez/11

88

A governamentalidade, como processo de governamentalização do Estado, deve ser vista como um campo estratégico de relações de poder.

brevivência, passa a se constituir como um Estado de governo. Em outros termos, um Estado governamentalizado. Sobre essa governamentalização do Estado, Foucault entende que:

Desde o século XVIII, vivemos a era da governamentalidade [...] a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto, o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais de governamentalidade (2002, p.292).

A governamentalidade, como processo de governamentalização do Estado, deve ser vista como um campo estratégico de relações de poder. Assim Foucault entende por governamentalidade:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem

específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (2008b, p.143-144).

Ao pensar o neoliberalismo como uma racionalidade governamental que se desenvolve a partir da segunda metade do século XX, Foucault (2008a) nos coloca diante de duas tendências: o neoliberalismo alemão ou ordoliberalismo e o neoliberalismo norte-americano. O ordoliberalismo se desenvolve a partir da necessidade de reconstituição e legitimação de um (novo) Estado Alemão pela extinção do nazismo.

Quanto ao neoliberalismo norte-americano, percebemos que este não estava preocupado com as questões que envolviam, no caso dos ordoliberais, a extinção do estado nazista, mas se encontra en-

volvido com uma forma de ser e de pensar. O neoliberalismo norte-americano se apresenta como “uma espécie de reivindicação global [...] com ancoragem à direita e à esquerda [...] um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica” (Foucault, 2008a, p.301). O neoliberalismo norte-americano a partir da Escola de Chicago¹ aparece como a forma que teve maior influência sobre as políticas econômicas do Ocidente.

Esse modelo econômico neoliberal norte-americano tem por base, portanto, a “economia de mercado” e é a partir dela que fenômenos não considerados como pertencentes ao campo econômico passam a ser explicados por ele. É o caso das relações sociais, dos com-

O que se apresenta de forma preponderante nessa organização da governamentalidade neoliberal norte-americana é a busca pela transformação dos “indivíduos em sujeitos-microempresas e de comercializar todas as relações humanas, a qualquer hora e em qualquer lugar”.

¹ Dentre os teóricos dessa Escola, Theodor Schultz (1902-1998) foi o primeiro a reintroduzir o trabalho no campo da análise econômica. Schultz foi professor de economia da Universidade de Chicago de 1946 a 1974 e recebeu o Prêmio Nobel de economia de 1979 pelo seu artigo *The emerging economic scene and its relation to High School Education* que abre o campo de pesquisas sobre o capital humano (Foucault, 2008a).

portamentos dos indivíduos, das taxas de natalidade, de mortalidade, dos casamentos, entre outros. A partir dessa ampla demanda social, política e cultural que o mercado abarca, ele se constitui como “se fosse a substância ontológica do ‘ser’ social” (Gadelha, 2009, p.144). O que se apresenta de forma preponderante nessa organização da governamentalidade neoliberal norte-americana é a busca pela transformação dos “indivíduos em sujeitos-microempresas e de comercializar todas as relações humanas, a qualquer hora e em qualquer lugar” (Gadelha, 2009, p.153).

Através das práticas de governo dos sujeitos na sociedade de segurança as relações humanas se inscrevem em uma ordem concorrencial. As escolhas individuais passam, portanto, a obedecer “às leis do mercado, ao modelo da oferta e da procura, ao modelo custos/investimentos que são generalizados no corpo social como um todo” (Lazzarato, 2008, p.50). Essa ordem que impera sobre as escolhas individuais também se faz presente no campo educacional. Em nossos dias somos todos incitados, seduzidos, convocados a entrar e participar do jogo econômico que nos transforma em indivíduos microempresas. Na organização educacional contemporânea, todos devem buscar uma formação de qualidade e preferencialmente permanente. Pautada nessa lógica de estruturação da vida dos indivíduos, a discussão a seguir procura, a partir de um exercício analítico da política de inclusão escolar, compreender como vem se dando o gerenciamento das condutas surdas para colocar tal política em funcionamento.

Conduzir a conduta dos sujeitos, dentre eles os surdos, nessa lógica – inclusiva – perpassa pela necessidade de se entender a inclusão escolar como uma “diretriz constitucional”.

INCLUSÃO DE SURDOS: TRAMAS E CONTEXTOS

Pensar e construir uma prática pedagógica que assuma a abordagem bilíngue e se volte para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com surdez na escola é fazer com que esta instituição esteja preparada para compreender cada pessoa em suas potencialidades, singularidades e diferenças e em seus contextos de vida. (BRASIL, 2010c, p.10)

A inclusão escolar da diversidade humana tida como “o grande avanço da década” (Brasil, 2001) é a questão que se encontra na centralidade do projeto educacional contemporâneo. Conduzir a conduta dos sujeitos, dentre eles os surdos, nessa lógica – inclusiva – perpassa pela necessidade de se entender a inclusão escolar como uma “diretriz constitucional” que trabalha para que todos se tornem sujeitos cientes e comprometidos com suas responsabilidades e atribuições perante uma política econômica produtiva.

Para promover um processo educacional inclusivo e que possa abarcar as especificidades de todos,

é preponderante que os sujeitos adentrem no contexto educacional de forma precoce, pois:

Quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeitos mais profundos sobre o desenvolvimento das crianças. Por isso, o atendimento deve começar precocemente, inclusive como forma preventiva (Brasil, 2001).

No investimento sobre o corpo dos sujeitos escolares, quanto mais precoce for a intervenção educacional, mais eficaz e produtiva ela será, tendo efeitos mais profundos no desenvolvimento das crianças, e assim, constituindo sujeitos mais produtivos no futuro. Quanto mais precocemente o Estado agir sobre cada corpo, maior será o desenvolvimento do sujeito e em contrapartida, da sociedade em geral e essa intervenção se constituirá principalmente pela via da educação. É investindo na formação de cada indivíduo, inclusive de forma preventiva naqueles considerados com necessidades educacionais especiais, que se poderá almejar um país desenvolvido com sujeitos que possam gerir e administrar suas vidas, sendo produtivos, empreendedores, participativos e solidários com o outro.

Por meio dessa operacionalidade, são organizadas alianças, ou seja, não basta atribuir o papel de intervenção educacional precoce somente ao sistema educacional. Setores como assistência social, medicina e psicologia entrelaçam suas atividades ao campo educacional em vista de objetivos que visam ao desenvolvimento socioeducacional, econômico, tecnológico e político do País. Saberes de diferentes áreas operam em parceria

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

para garantir efeitos mais profundos no desenvolvimento das crianças e permitir com isso o grande avanço pretendido para a década (2001-2010): a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. Dessa forma entende-se que, no caso dos surdos:

Os convênios com a área da saúde são extremamente importantes para que o diagnóstico da deficiência auditiva seja feito o mais cedo possível. Assim, desde o seu atendimento em berçário, o bebê surdo ou com deficiência auditiva deve receber estímulos visuais, que são a própria introdução ao aprendizado da Libras, bem como encaminhamento a serviços de fonoaudiologia, que lhe possibilitem aprender a falar (Brasil, 2004a, p.24).

A aliança que se produz entre a escola e a área da saúde objetiva garantir o efetivo desenvolvimento do sujeito surdo tanto no campo educacional quanto social. Por meio da intervenção precoce, a partir de diferentes áreas do conhecimento, almeja-se constituir nos sujeitos surdos uma conduta potencialmente produtiva e participativa. Podemos, com isso, visualizar a inclusão “mobilizando os sujeitos, provocando a mobilização da economia e do próprio Estado, operando como uma forma de organização de vida em sociedade. Há uma lógica a ser seguida: se cada um investir em si (no seu capital), melhor conduzida será a vida da população” (Menezes, 2011, p.68).

No que tange à educação de surdos, todas as instituições educacionais em todos os níveis devem obrigatoriamente garantir e efetivar o acesso e a permanência dos

alunos surdos. O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, em seu capítulo IV, artigo 14, deixa claro que as instituições de ensino:

[...] devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior (Brasil, 2005).

O investimento se dará, além da intervenção precoce, também pela organização de espaços e profissionais adequados às necessidades linguísticas dos surdos. Para isso, a Resolução 4 de 2 de outubro de 2009

É investindo na formação de cada indivíduo, inclusive de forma preventiva naqueles considerados com necessidades educacionais especiais, que se poderá almejar um país desenvolvido com sujeitos que possam gerir e administrar suas vidas, sendo produtivos, empreendedores, participativos e solidários com o outro.

institui as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica. Nessa resolução consta que o AEE tem como função “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (Brasil, 2009, art. 2º). Portanto, no governo da população, neste caso da população surda, coloca-se em funcionamento uma ampla gama de recursos para viabilizar a participação desses sujeitos na escola e a sua aprendizagem, por isso: “[...] mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades em todos os sentidos (Brasil, 2007, p.14).

Nesse processo, o investimento se dá em um conjunto de meios e recursos que envolvem a educação de surdos, no qual todos os agentes institucionais devem atuar como gestores e técnicos da educação inclusiva (Brasil, 2005b, p. 22). Sob o paradigma da inclusão, a organização de ambientes educacionais estimuladores para o aprendizado dos surdos é um recurso que poderá ser organizado pelos agentes educacionais. Os gestores, técnicos e demais profissionais do espaço escolar são convocados a desafiar e explorar todos os sentidos e capacidades dos alunos surdos em vista da inclusão. Incluir todos demanda múltiplas estratégias de organização do espaço de aprendizagem, possibilitando que esse espaço seja produtivo em estímulos visuais. Além disso,

E para que esse processo inclusivo contemple os sujeitos surdos é necessário prover “a disponibilidade de professor ou instrutor da língua de sinais, para o ensino dos alunos surdos”

é preciso que os profissionais da educação estejam atentos ao tempo que cada aluno requer para compreender o conteúdo ministrado. Assim, “[...] a escola que pretende ser inclusiva deve se planejar para gradativamente implementar as adequações necessárias, para garantir o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais à aprendizagem e ao conhecimento” (Brasil, 2004b, p. 23).

E para que esse processo inclusivo contemple os sujeitos surdos é necessário prover “a disponibilidade de professor ou instrutor da língua de sinais, para o ensino dos alunos surdos” (Brasil, 2004b, p. 23), bem como “disponibilidade de equipamentos de informática e de *softwares* educacionais, para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral” (Brasil, 2004b, p. 23) e, ainda, “disponibilidade de outros recursos didáticos para o ensino de alunos com dificuldade de comunicação oral (Dicionário da Língua Brasileira de Sinais – LBS e outros)” (Brasil, 2004b, p. 23).

A partir dessas diretrizes operacionais, percebe-se a inclusão escolar dos surdos sendo produzida dentro de um princípio de mercado onde são organizadas, produzidas e difundidas formas de vida autogestoras das habilidades e competências. Nessa organização, regulações voltadas à efetivação da inclusão “são instituídas não só com a finalidade de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, mas também criar o interesse de cada um para que se mantenha presente em redes sociais e de mercado” (Lopes, 2009, p. 155).

Seguindo essa linha de pensamento – da lógica produtiva gerida pelo Estado –, no intuito de que todos sejam incluídos, faz-se necessário que as políticas educacionais se voltem para a parcela de indivíduos que representem riscos e que geram altos custos sociais para o Estado. Mesmo em suas variadas especificidades, todos devem adentrar no jogo da inclusão escolar e desejar nele permanecer, participando inclusive de processos de formação permanente. Para Traversini e Bello:

A prática da gestão do risco [...] que incita o indivíduo a autogerir sua vida e a manter sua comunidade auto-sustentável, emerge de uma racionalidade política contemporânea, caracterizada como neoliberal. Tal racionalidade objetiva conduzir as condutas individuais e coletivas, administrando-as de modo a responsabilizar cada um pelo seu destino e otimizar os índices de saúde, de educação e de desenvolvimento do país com vistas a diminuir a dependência do Estado e também figurar no topo dos rankings internacionais (2009, p.143).

Na educação inclusiva estão imbricadas diferentes questões que visam efetivar o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos. Dentre algumas dessas questões destacamos o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação de professores, a participação familiar e da comunidade e a produção de políticas públicas de acessibilidade. Assim, para que sejam disponibilizadas respostas às necessidades educacionais especiais, as escolas comuns devem garantir:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação

A partir dessas diretrizes operacionais, percebe-se a inclusão escolar dos surdos sendo produzida dentro de um princípio de mercado onde são organizadas, produzidas e difundidas formas de vida autogestoras das habilidades e competências.

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p. 8).

Nessa ordem, a definição da educação especial como uma modalidade transversal que deve estar presente em todos os níveis de ensino permite que a relação entre o acesso e a permanência possa se efetivar gradativamente, pois:

[...] a Educação Especial perpassa os diversos níveis de escolarização, mas ela não constitui um sistema paralelo de ensino, com seus níveis e etapas próprias. A Educação Especial é um instrumento, um complemento que deve estar sempre presente na Educação Básica e Superior para os alunos com deficiência que dela necessitarem.

Uma instituição especializada ou escola especial são assim reconhecidas justamente pelo tipo de atendimento que oferecem, ou seja, atendimento educacional especializado. Sendo assim, suas escolas não podem substituir, mas complementar as escolas comuns em todos os seus níveis de ensino (Brasil, 2004a, p. 14).

A inclusão dos surdos na escola comum se dará pautada em um projeto educacional bilíngue, sendo considerado um projeto “bilíngue” o ensino de língua de sinais e língua portuguesa no contraturno da aula na classe comum. Esse projeto educacional para os surdos também é previsto desde a Educação Infantil por meio da estimulação precoce e está previsto para ocorrer em três momentos: (1) ensino de Libras; (2) ensino em Libras e (3) ensino de Língua Portuguesa como segunda língua.

A inclusão dos surdos na escola comum se dará pautada em um projeto educacional bilíngue, sendo considerado um projeto “bilíngue” o ensino de língua de sinais e língua portuguesa no contraturno da aula na classe comum.

Conforme previsto pelo Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (Brasil, 2008b). Esse atendimento – AEE – deve “integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas” (Brasil, 2008b).

Com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência (entre os quais estão situados os surdos), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação constituem objetivos do AEE a promoção de “condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular”;

a garantia da “transversalidade das ações da educação especial no ensino regular”; o fomento no que diz respeito ao “desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e a garantia de serem asseguradas as “condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino” (Brasil, 2008b). A partir disso:

O AEE, como um locus epistemológico da educação inclusiva, constitui esta proposta voltada aos alunos com surdez que visa a preparar para a individualidade e a coletividade, provocando um processo dialógico, de superação da imanência e a busca de mudanças sociais, culturais e filosóficas. Uma ruptura de fronteiras para as infinitas possibilidades humanas (Brasil, 2010c, p. 8).

Nessa forma de se operacionalizar a educação de surdos no contexto da educação inclusiva, podemos perceber que múltiplos mecanismos trabalham de maneira concomitante para que se possa assegurar aos sujeitos surdos uma educação inclusiva de “qualidade”. A busca por um atendimento educacional que consiga dar conta das necessidades dos sujeitos surdos requer, portanto: “[...] uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando” (Brasil, 2008, p. 1).

A organização de estratégias que regulam e controlam os sujeitos surdos nos mínimos detalhes corrobora para a produção de uma verdade educacional contemporânea, qual seja a inclusão escolar como um processo necessário e produtivo para todos. Assim:

Para que novas práticas de ensino e aprendizagem produtivas possam ser pensadas e propostas é necessário conhecer as realidades ausentes e distintas. Para isso, o governo das estatísticas contribui de forma substancial.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem ao encontro do propósito de mudanças no ambiente escolar e nas práticas sociais/institucionais para promover a participação e aprendizagem dos alunos com surdez na escola comum. Muitos desafios precisam ser enfrentados e as propostas educacionais revistas, conduzindo a uma tomada de posição que resulte em novas práticas de ensino e aprendizagem consistentes e produtivas para a educação de pessoas com surdez, nas escolas públicas e particulares (Brasil, 2010c, p. 10).

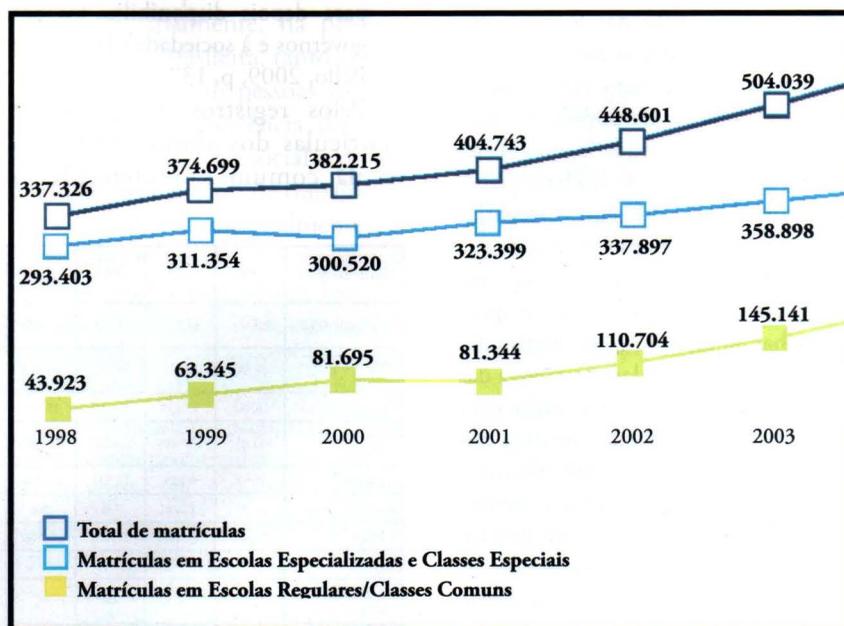
Para que novas práticas de ensino e aprendizagem produtivas possam ser pensadas e propostas é necessário conhecer as realidades ausentes e distintas. Para isso, o governo das estatísticas contribui de forma substancial. Essa questão será brevemente debatida a seguir.

CONHECENDO REALIDADES DISTINTAS: O GOVERNO DAS ESTATÍSTICAS

Técnicas aperfeiçoadas de averiguação contribuem substancialmente na efetivação da inclusão escolar dos surdos, dentre elas destacamos o Censo Escolar.² Esse recurso, atualizado anualmente, “possibilita o acompanhamento dos indicadores da educação especial: acesso à educação básica, matrícula na rede pública, ingresso nas classes comuns, acessibilidade nos prédios [...]” (Brasil, 2008, p. 5). A entrada gradual dos sujeitos surdos na inclusão escolar requer que todas as informações possíveis sejam coletadas e atualizadas corriqueiramente. Assim, o Censo Escolar “coleta dados

referentes ao número geral de matrículas”, número esse que corresponde às: “[...] matrículas em classes especiais, escola especial e classes comuns do ensino regular, ao número de alunos do ensino regular com atendimento educacional especializado; às matrículas conforme o tipo de deficiência.” (Brasil, 2008, p. 5).

Nesse processo de regulação das matrículas, os dados apresentados pelo Censo Escolar de 2006 referentes ao ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular apresentam “um crescimento de 640%, passando de 43.923 alunos em 1998 para 325.316 em 2006” (Brasil, 2008, p. 6). Podemos ver esses registros numéricos detalhados no gráfico que segue:



² “O Censo Escolar é um levantamento estatístico realizado anualmente pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), por meio da aplicação de questionários objetivos que são encaminhados a todas as escolas regulares brasileiras da educação básica, que atuam em suas diferentes etapas – educação infantil (creche e pré-escola) fundamental e média – e modalidades – educação especial, profissional e de jovens e adultos. São coletados dados acerca das condições de funcionamento das escolas, do corpo docente em exercício, da matrícula e do fluxo escolar, dentre outros” (Brasil, 2006, p. 11)

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

Para operar com dados cada vez mais atualizados e que retratam todos os aspectos da realidade educacional foram efetivadas duas mudanças no Censo Escolar. A partir de 2004 o Censo Escolar “passa a registrar a série ou ciclo escolar dos alunos identificados no campo da educação especial, possibilitando monitorar o percurso escolar”. Por meio desse arsenal técnico cada vez mais apurado, a regulação dos sujeitos da educação pelo Censo Escolar, em um contexto geral, torna-se um instrumento minucioso a serviço de uma política inclusiva. Para que o Estado possa garantir a participação de todos do jogo da inclusão, é preciso estar atento aos dados estatísticos disponíveis de forma atualizada e concernente com a ampla realidade educacional. Segundo Foucault, a estatística:

[...] é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativa das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza, estimativa das riquezas virtuais de que um Estado dispõe: minas, florestas, etc., estimativa das riquezas produzidas, estimativa das riquezas que circulam, estimativa da balança comercial, medida dos efeitos das taxas e dos impostos – são todos esses dados e muitos outros que vão constituir agora o conteúdo essencial do saber do soberano. Não mais, portanto, *corpus* de leis ou habilidade em aplicá-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado (2008b, p.365).

Dessa forma, aquele que governa precisa conhecer os elementos que garantem a segurança social do Estado, sua força e seu desenvolvimento. Esses dados estatísticos estabelecem um discurso de verdade sobre o processo da inclusão escolar, pois “as estatísticas contribuem distintamente para tornar conhecidas as realidades distantes e/ou ausentes. Conhecidas, as realidades tornam-se pensáveis e, por isso, potencialmente governáveis” (Senra, 2005, p. 15). No âmbito das políticas educacionais contemporâneas que visam incluir a todos:

[...] há a necessidade de se produzirem registros sobre essa população, para propor, para acompanhar e para avaliar intervenções, quantificando os seus aspectos para acompanhar e para avaliar intervenções, quantificando os seus aspectos mais característicos e de interesse, formulando saberes para depois disponibilizá-los aos governos e à sociedade (Traversini; Bello, 2009, p. 137).

Pelos registros das taxas de matrículas dos alunos surdos na escola comum são oferecidas à

sociedade informações que permitem que a vasta realidade educacional seja conhecida em suas minúcias. Nessa lógica, pelo conhecimento dos dados de matrículas é possível mensurar como a inclusão de surdos vem sendo processada em índices quantitativos. Por meio dos números, pode-se também expressar as situações dos riscos sociais, pois “as estatísticas ajudam a tornar pensável e conhecido o mundo distante, ajudando a governá-lo” (Senra, 2005, p. 58).

Nos dados organizados pelo Censo Escolar (2005), acerca da matrícula dos alunos surdos e deficientes auditivos na educação básica da rede comum de ensino, durante o período de 1998 a 2005, podemos ver um aumento de 55,8%, passando de 42.584 em 1998, para 66.334 em 2005. Desse número total de 66.334, 27.387 são identificados como surdos e 34.938 como deficientes auditivos (Brasil, 2006). Esses dados podem ser vistos no quadro que segue:

Tipo de deficiência	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Participação em 2005 %	Varição 1998/2005
Deficiência visual	15.473	18.629	18.926	17.100	20.257	24.185	44.851	63.631 (*)	10%	311%
Deficiência auditiva	42.584	47.810	48.790	49.678	52.422	56.024	62.325 (**)	66.334 (***)	10,3%	55,8%
Deficiência mental	16.463	17.333	18.160	19.157	21.352	24.658	31.434	37.330	5,8%	127%
Deficiência múltipla	181.377	197.996	200.145	212.996	231.021	251.506	291.544	278.167	43,5%	53,3%
Condutas Típicas	8.994	9.223	11.522	11.664	13.670	16.858	63.910	79.850	12,4%	788%
Altas Habilidades	1.187	1.228	758	984	1.110	1.675	2.006	1.918	0,30%	61,5%
Outros	28.666	35.165	37.496	41.994	52.603	-	-	-	-	-
Autismo	-	-	-	-	-	-	-	10.053	1,6%	-
Síndrome de Down	-	-	-	-	-	-	-	34.726	5,4%	-
Surdocegueira	-	-	-	-	-	-	-	1.127	0,17%	-
Total	337.326	374.129	382.215	404.747	448.601	504.039	566.753	640.317	100%	-

Fonte: MEC/INESP/SEESP

(*) 37.248 com Baixa Visão e 7.603 com Cegueira

(**) 27.387 com Surdez e 34.938 com Deficiência Auditiva

A partir dos dados de matrículas dos sujeitos surdos nas escolas comuns, pode-se observar que “as estatísticas, por expressarem coletividades organizadas, servem ao promover e/ou ao estimular das ações de governo” (Senra, 2005, p. 58). O conhecimento dos índices estatísticos “constituem informações sobre os diferentes aspectos da vida da população, delimitando, principalmente, os espaços considerados problemáticos” (Traversini; Bello, 2009, p. 137). Espaços esses em que as intervenções devem se dar de forma que tornem todos os sujeitos que deles participam produtivos.

Ainda no viés das estratégias de governo das condutas dos sujeitos surdos em prol da inclusão escolar, observamos o exame Nacional de Certificação na Libras – Prolibras. Na leitura desse Exame, é possível percebê-lo como um operador produtivo na constituição da inclusão escolar dos surdos: por meio dele podem ser constituídas condutas voltadas ao “empresariamento de si”, pois o Prolibras certifica os sujeitos aptos/proeficientes a se inserirem no mercado de trabalho com “domínio de estruturas da Libras e vocabulário adequado” (UFSC, 2007, p.46) para atuar como docente ou como tradutor/intérprete de Libras, atuações que se ampliaram após o Decreto 5.626 de 2005 e se tornam cada vez mais atrativas.

Se olharmos para os dados desse exame, observamos que nas edições que compreendem o período de 2006 a 2009 foram habilitados/certificados proficientes na Libras um total de 1.475 candidatos surdos. Desses 1.475, 480 surdos foram certificado/aprovados na edi-

ção do Prolibras de 2006; em 2007 foram 466; em 2008, 329; e em 2009, 200 surdos.

Na leitura desses dados, podemos perceber que quando a condição linguística dos surdos é posta na porta de entrada da escola comum, apenas são previstas as condições iniciais para a participação dos surdos nesse espaço. Entretanto, mesmo que iniciais, essas condições agem em um outro movimento próprio dessa governamentalidade da inclusão escolar: cada um deve agora operar sua participação na escola comum de forma empreendedora; cada um deve gerenciar sua visibilidade diante da efetivação de condições de acessibilidade.

NOTAS PARA FINALIZAR

No que tange à inclusão dos surdos na escola comum, os percentuais estatísticos constituem um conjunto de conhecimentos técnicos que possibilitam o governo efetivo desses sujeitos. A estatística é um instrumento importante na relação de governo da população, pois “governar é controlar, administrar, influenciar, monitorar, fiscalizar, dirigir, regular, vigia-se, ordena-se, disciplina-se, enfim, norteiam-se as condutas dos homens; assim sendo, todos governam (seja o pai, o patrão, o mestre, a amante, seja o Estado)” (Senra, 2005, p. 58).

Na sociedade de segurança, a partir da racionalidade governamental, os dados estatísticos apresentados corroboram para que a inclusão se torne um imperativo no cenário educacional de nossos dias. Nas práticas que se voltam à condução das condutas surdas na e para a inclusão escolar vemos sendo operadas diferentes estratégias

A estatística é um instrumento importante na relação de governo da população, pois “governar é controlar, administrar, influenciar, monitorar, fiscalizar, dirigir, regular, vigia-se, ordena-se, disciplina-se, enfim, norteiam-se as condutas dos homens; assim sendo, todos governam (seja o pai, o patrão, o mestre, a amante, seja o Estado).”

de governo desses sujeitos. Dentre elas, destacamos nesse artigo as estratégias de acessibilidade para a constituição de condutas surdas participativas e as estratégias de governo e gerenciamento do risco da exclusão, bem como as possibilidades de empregabilidade dos surdos pela certificação e difusão do uso da LIBRAS. A partir dessa configuração, entendemos que no processo de inclusão escolar dos sujeitos surdos são colocadas em funcionamento as proposições da lógica

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

econômica (neo)liberal, qual seja: a participação de todos na rede de consumo instituída pelo mercado.

Partidárias dessa forma de pensar, vemos sendo instituído o processo de inclusão escolar dos sujeitos surdos no contexto educacional contemporâneo. Assim, pela constituição das condutas surdas participativas, bem como pela certificação e difusão da Libras, os sujeitos surdos estão paulatinamente sendo seduzidos a se inserirem no espaço da escola comum, ainda que isso ocorra de forma indireta, através do ensino da Libras para todos os futuros professores e fonoaudiólogos, que têm hoje a obrigatoriedade da disciplina de Libras em seus cursos de formação. Na funcionalidade subjetiva dessa sedução, eles (os surdos) também começam a desejar permanecer nesse espaço para que possam competir em condições equivalentes. Por isso entendemos que a sedução, a competição e a concorrência podem

ser entendidas como os operadores centrais das estratégias de governamento dos sujeitos surdos na e para a inclusão escolar e nos permitem concordar com Menezes em sua posição frente à inclusão:

[...] entendendo-a não mais como a efetivação de matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares, mas também, e principalmente, como uma verdade produzida para a vida com o outro em condição de seguridade. Uma vida não pautada pela preocupação ética com o outro, mas pela necessidade de participação do outro nos jogos de verdade inclusivos. Tal necessidade se justifica pela compreensão de que eu preciso da presença do outro para que eu me mantenha presente, assim como esse outro necessita da minha presença para se manter participante, ativo (Menezes, 2011, p. 68).

Encerramos desejando que nossas problematizações nesse artigo possam circular na área da educação de surdos e nos tornar ativistas diante das lutas empre-

Desejando que nossas problematizações nesse artigo possam circular na área da educação de surdos e nos tornar ativistas diante das lutas empreendidas em prol de seus direitos linguísticos, culturais e educacionais.

endidas em prol de seus direitos linguísticos, culturais e educacionais. Um ativismo que se difere da militância por tentar, de forma atenta, pensar sobre os efeitos de tudo aquilo que ajudamos a construir como verdades acerca do ser surdo e de sua educação.

Referências bibliográficas

ACORSI, Roberta. (2010). "Educação: uma questão de tempo? As escolas de turno integral". In: SARAIVA, Karla; SANTOS, Iolanda M. dos. (Orgs.). *Educação Contemporânea e Artes de Governar*. Canoas: Ulbra, p. 85-104.

BRASIL. *Documento Final CONAE: Conferência Nacional de Educação*. 2010b. [on-line]. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf. Acessado em 20 de fevereiro de 2010.

_____. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez*. Universidade Federal do Ceará, 2010c.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008 [on-line]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acessado em 31 de Julho de 2009.

_____. Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. 2008b [on-line]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2008/Decreto/D6571.htm. Acessado em: 10 de Janeiro de 2011.

_____. (2007). *Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez*. [on-line]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf. Acessado em 22 de setembro de 2009.

_____. (2006). *Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais*. [on-line]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2010.

_____. (2005a). *Decreto 5.626/05 Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*. [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2005/Decreto/D5626.htm. Acessado em 21 de julho de 2009.

_____. (2005b). *Documento Subsidiário à Política de Inclusão*. [on-line]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>. Acessado em 30 de abril de 2010.

_____. (2004a). *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*. [on-line]. Disponível em: http://www.prgo.mpf.gov.br/cartilha_acesso_deficientes.pdf. Acessado em 15 de dezembro de 2009.

_____. (2004b). *Série Educação Inclusiva: Referenciais para a construção dos sistemas educacionais inclusivos – A Escola*. [on-line]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acessado em 30 de abril de 2010.

_____. (2004c). *Série Educação Inclusiva: Referenciais para a construção dos sistemas educacionais inclusivos – Fundamentação Filosófica*. [on-line]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>. Acessado em 30 de abril de 2010.

_____. (2004d). *Série Educação Inclusiva: Referenciais para a construção dos sistemas educacionais inclusivos – A Família*. [on-line]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/afamilia.pdf>. Acessado em 30 de abril de 2010.

_____. (2002). *Lei 10.436 de 24 de abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências*. [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acessado em 15 de julho de 2010.

_____. (2001). *Plano Nacional de Educação – Lei 10.172 de 9 de Janeiro de 2001*. [on-line]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acessado em 15 de fevereiro de 2010.

_____. (1996). *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em 16 de junho de 2009.

_____. (1961). *Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961*. [on-line]. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm. Acessado em 15 de novembro de 2010.

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

- FENEIS. (1999). *A Educação que nós surdos queremos*. Porto Alegre. (digitado)
- FOUCAULT, Michel. (2008a). *Nascimento da Biopolítica*: curso ministrado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2008b). *Segurança, Território, População*: curso ministrado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- GADELHA, Sylvio. (2009). *Biopolítica, governamentalidade e educação*: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica.
- LAZZARATO, Maurizio. (2008). “Biopolítica/Bioeconomia.” In: PASSOS, Izabel C. Friche. (Org.). *Poder, normalização e violência*: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 41-52.
- _____. (2006). *As Revoluções do Capitalismo*: a política no império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LOPES, Maura Corcini. (2009). “Políticas de Inclusão e Governamentalidade”. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre. vol. 34. nº 2. mai./ago., pp. 153-169.
- MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. (2011). *A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva*. São Leopoldo: Unisinos. Tese [Doutorado em Educação], Programa de Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. (2009). “O Governo Pedagógico: da sociedade de ensino para a sociedade de aprendizagem”. Porto Alegre: UFRGS. Tese [Doutorado em Educação], Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SANTOS, Iolanda Montano dos. (2010). “Inclusão escolar e a educação para todos”. Porto Alegre: UFRGS. Tese [Doutorado em Educação], Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SENRA, Nelson de Castro. (2005). *O saber e o poder das estatísticas*: uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações.
- TRAVERSINI, Clarice Salet; BELLO, Samuel Edmundo López. (2009). “O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar”. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 34, nº 2, mai./ago., pp.135-152.
- UFSC. (2007). *Prolibras 2007 - Relatório Técnico*. [on-line] Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://www.prolibras.ufsc.br/2007/relatorio/relatorio_tecnico_completo.pdf. Acessado em 20 de outubro de 2010.